



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO XXXII – PALMAS, SEXTA-FEIRA, 24 DE FEVEREIRO DE 2023.

Nº 3511



MESA DIRETORA

Presidente: Amélio Cayres (Republicanos)

1º Vice-Presidente: Ivory de Lira (PCdoB)

2º Vice-Presidente: Gutierres Torquato (PDT)

1º Secretário: Vilmar de Oliveira (SD)

2ª Secretária: Profª Janad Valcari (PL)

3º Secretário: Marcus Marcelo (PL)

4º Secretário: Eduardo Fortes (PSD)

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, S/N - Palmas-TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Reuniões às 14 horas, às terças-feiras.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Prof. Júnior Geo – PSC - **Vice-Pres.**
Dep. Aldair Costa Gipão - PL
Dep. Nilton Franco - Republicanos – **Pres.**
Dep. Jorge Frederico – Republicanos
Dep. Claudia Lelis – PV

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Gutierrez Torquato - PDT
Dep. Moiseimar Marinho - PSB
Dep. Cleiton Cardoso - Republicanos
Dep. Valdemar Júnior – Republicanos
Dep. Vanda Monteiro - UB

Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle

Reuniões às 14 horas, às quartas-feiras.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Fabion Gomes – PL
Dep. Luciano Oliveira - PSD - **Vice-Pres.**
Dep. Olyntho Neto - Republicanos - **Pres.**
Dep. Léo Barbosa - Republicanos
Dep. Eduardo Mantoan – PSDB

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Marcus Marcelo - PL
Dep. Prof. Júnior Geo – PSC
Dep. Jorge Frederico - Republicanos
Dep. Cleiton Cardoso – Republicanos
Dep. Eduardo do Dertins – Cidadania

Comissão de Desenvolvimento Rural, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia

Reuniões às 9 horas, às quintas-feiras.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Luciano Oliveira – PSD – **Pres.**
Dep. Eduardo Fortes – PSD – **Vice-Pres.**
Dep. Cleiton Cardoso - Republicanos
Dep. Jorge Frederico - Republicanos
Dep. Eduardo Mantoan – PSDB

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Wiston Gomes - PSD
Dep. Fabion Gomes - PL
Dep. Olyntho Neto - Republicanos
Dep. Valdemar Júnior – Republicanos
Dep. Ivory de Lira - PCdoB

Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público

Reuniões às 8 horas, às quartas-feiras.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Moiseimar Marinho – PSD – **Pres.**
Dep. Gutierrez Torquato – PDT
Dep. Cleiton Cardoso - Republicanos
Dep. Valdemar Júnior – Republicanos – **Vice-Pres.**
Dep. Jair Farias – UB

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Eduardo Fortes - PSD
Dep. Marcus Marcelo - PL
Dep. Nilton Franco - Republicanos
Dep. Olyntho Neto – Republicanos
Dep. Eduardo do Dertins - Cidadania

Comissão de Educação, Cultura e Desporto

Reuniões às 13 horas, às terças-feiras.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Marcus Marcelo – PL – **Pres.**
Dep. Prof. Júnior Geo - PSC - **Vice-Pres.**
Dep. Jorge Frederico – Republicanos
Dep. Cleiton Cardoso - Republicanos
Dep. Vanda Monteiro – UB

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Aldair Costa Gipão - PL
Dep. Wiston Gomes - PSD
Dep. Léo Barbosa - Republicanos
Dep. Valdemar Júnior – Republicanos
Dep. Eduardo do Dertins - Cidadania

Comissão de Cidadania e Direitos Humanos

Reuniões às .

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Wiston Gomes – PSDB
Dep. Fabion Gomes – PL
Dep. Nilton Franco - Republicanos
Dep. Léo Barbosa - Republicanos
Dep. Jair Farias – UB

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Luciano Oliveira - PSD
Dep. Eduardo Fortes - PSD
Dep. Olyntho Neto - Republicanos
Dep. Valdemar Júnior – Republicanos
Dep. Eduardo Mantoan - PSDB

Comissão de Saúde e Assistência Social

Reuniões às 13 horas, às quartas-feiras.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Fabion Gomes – PL
Dep. Wiston Gomes – PSD
Dep. Olyntho Neto – Republicanos – **Vice-Pres.**
Dep. Valdemar Júnior – Republicanos – **Pres.**
Dep. Eduardo Mantoan – PSDB

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Marcus Marcelo - PL
Dep. Aldair Costa Gipão - PL
Dep. Léo Barbosa - Republicanos
Dep. Cleiton Cardoso – Republicanos
Dep. Vanda Monteiro - UB

Comissão Permanente de Segurança Pública

Reuniões às às horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Moiseimar Marinho – PSB
Dep. Prof. Júnior Geo - PSC
Dep. Olyntho Neto - Republicanos
Dep. Nilton Franco - Republicanos
Dep. Eduardo do Dertins – Cidadania

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Gutierrez Torquato - PDT
Dep. Wiston Gomes - PSD
Dep. Valdemar Júnior - Republicanos
Dep. Cleiton Cardoso – Republicanos
Dep. Claudia Lelis - PV

Comissão Permanente de Acompanhamento e Estudos de Políticas Públicas para a Juventude

Reuniões às às horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Gutierrez Torquato - PDT
Eduardo Fortes - PSD
Dep. Nilton Franco - Republicanos
Dep. Léo Barbosa - Republicanos
Dep. Jair Farias – União Brasil

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Moiseimar Marinho - PSB
Dep. Luciano Oliveira - PSD
Dep. Jorge Frederico - Republicanos
Dep. Cleiton Cardoso – Republicanos
Dep. Eduardo Mantoan - PSDB

Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher

Reuniões às ,às horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Eduardo Fortes – PSD
Dep. Wiston Gomes – PSD
Dep. Leo Barbosa - Republicanos
Dep. Cleiton Cardoso - Republicanos
Dep. Vanda Monteiro – UB

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Fabion Gomes - PL
Dep. Aldair Costa Gipão - PL
Dep. Jorge Frederico - Republicanos
Dep. Nilton Franco – Republicanos
Dep. Claudia Lelis - PV

Comissão de Minas e Energia, Meio Ambiente e Turismo

Reuniões às 8 horas, às terças-feiras.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Wiston Gomes – PSD
Dep. Luciano Oliveira - PSD
Dep. Jorge Frederico - Republicanos - **Vice-Pres.**
Dep. Cleiton Cardoso - Republicanos
Dep. Claudia Lelis – PV – **Pres.**

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Gutierrez Torquato - PDT
Dep. Eduardo Fortes - PSD
Dep. Nilton Franco - Republicanos
Dep. Olyntho Neto – Republicanos
Dep. Vanda Monteiro - UB

Comissão Permanente de Assuntos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais

Reuniões às.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Prof. Júnior Geo – PSC
Dep. Gutierrez Torquato - PDT
Dep. Cleiton Cardoso - Republicanos
Dep. Leo Barbosa – Republicanos
Dep. Eduardo do Dertins – Cidadania

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Eduardo Fortes - PSD
Dep. Wiston Gomes - PSD
Dep. Nilton Franco - Republicanos
Dep. Valdemar Júnior – Republicanos
Dep. Ivory de Lira - PCdoB

Comissão Permanente de Defesa do Direito do Idoso

Reuniões às.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Aldair Costa Gipão - PL
Dep. Wiston Gomes – PSD
Dep. Jorge Frederico - Republicanos
Dep. Valdemar Júnior - Republicanos
Dep. Claudia Lelis – PV

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Luciano Oliveira - PSD
Dep. Moiseimar Marinho - PSB
Dep. Nilton Franco - Republicanos
Dep. Léo Barbosa – Republicanos
Dep. Ivory de Lira - PCdoB

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Responsável: **Diretoria de Área Legislativa**

Publicado pela **Coordenadoria de Publicações Oficiais da**

Diretoria de Documentação e Informação

Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO
CEP 77003-905

Atos Legislativos

PROJETO DE LEI Nº 19/2023

Dispõe sobre a isenção na emissão da segunda via da Carteira de Identidade às pessoas cadastradas no Registro de Doadores de Sangue no Estado do Tocantins.

A **Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins** decreta:

Art. 1º Fica assegurada, aos doadores de sangue, no Estado do Tocantins, a isenção do pagamento de taxa de emissão de segunda via do documento de identificação - carteira de identidade.

Art. 2º Para efeitos desta lei, a condição de doador de sangue se comprovará através de documento expedido pelo banco de sangue ou hemocentro, com validade de cento e vinte dias após a última doação.

Parágrafo único. Considera-se, para enquadramento ao benefício previsto por esta Lei, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial de saúde ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou pelo município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A presente proposta, tem-se de suma relevância, pois no Brasil, os Hemocentros tem déficit de doadores de sangue, e conseqüentemente, as referidas instituições não possuem hemocomponentes necessários para atender toda a população necessitada.

Ocorre também que a nossa sociedade não tem a cultura de doar sangue regularmente, o que ocasiona perda de vidas que poderia ser evitada. São várias as demandas para a captação de sangue: acidentes, portadores de hemofilia, leucemia e anemias, entre outros.

Considerando que a doação de sangue não provoca risco ou prejuízo à saúde do doador. A conscientização da importância da doação e a desmistificação do tema seriam fundamentais para que mais pessoas doassem sangue espontaneamente. Além da conscientização, é razoável que o Poder Público crie incentivos, de natureza não pecuniária, tais como a isenção aqui requerida, para que a população em geral, ou algumas categorias em especial, sejam encorajadas a doar sangue, fomentando este costume.

Diante do exposto, peço o apoio dos meus pares na aprovação do presente projeto de lei, pois uma única doação de sangue pode salvar várias vidas.

Sala das Sessões, 14 de fevereiro de 2023.

NILTON FRANCO
Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 20/2023

Declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Educacional, Social e Cultural São Bento.

A **Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins** decreta:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública Estadual, o Instituto Educacional, Social e Cultural São Bento, entidade de direito privado, para fins não econômicos, de duração indeterminada, inscrito no CNPJ nº 11.954.016/0001-50 com sede na quadra 204 Sul, Alameda 8, Lote 3.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Justificativa

O Instituto Educacional, Social e Cultural São Bento, constituído aos cinco dias do mês de março de 2010, situado na Quadra 204 Sul, Alameda 8, Lote 3, casa 2, sala 3 Plano Diretor Sul, CEP: 77.020-482, Palmas-TO e foro em Palmas-TO, é pessoa jurídica de direito privado, com fins não econômicos, com autonomia administrativa e financeira, e duração por tempo indeterminado, que tem por principais finalidades apoiar e desenvolver ações para a defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano, por meio das atividades de saúde e nutrição, educação e cultura, profissionalização, habitação, empreendedorismo, esporte e lazer, artesanato e meio ambiente.

Por seus atributos, o Instituto Educacional, Social e Cultural São Bento é apresentado a esta Casa Legislativa para ser considerada de Utilidade Pública e, por esta medida, ser beneficiária de maiores possibilidades para a consecução dos seus projetos sociais.

Cabe ressaltar, que no desempenho de suas finalidades e objetivos, tem se pautado concessão do título de Utilidade Pública Estadual, que se tornará possível com o exame da documentação comprobatória determinada por lei, nesta ocasião apresentada, representará um importante respaldo para que possa continuar sua importantíssima missão. Assim, peço a anuência dos Nobres Pares desta Casa de Leis, para que possamos outorgar o título proposto neste projeto de leis.

Sala das Sessões, 14 de fevereiro de 2023.

NILTON FRANCO
Deputado Estadual

Atas das Sessões Plenárias

9ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa
6 de dezembro de 2022

Ata da Ducentésima Septuagésima Segunda Sessão Ordinária

Às nove horas do dia seis do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Jair Farias, Primeiro-Secretário e Ivory de Lira, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Olyntho Neto, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro, Valdez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Nilton Franco e Professor Júnior Geo e a Senhora Deputada Cláudia Lelis. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea "c" do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 83/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado,

encaminhando Emenda Modificativa ao Projeto de Lei número 27, de 7 de novembro de 2022; Mensagem número 84/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 29, de 5 de dezembro de 2022, que “altera a Lei número 2.959, de 18 de junho de 2015, que dispõe sobre critérios de distribuição das parcelas municipais do ICMS, e adota outras providências”; Mensagem número 85/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 30, de 5 de dezembro de 2022, que “altera dispositivos da Lei número 1.287, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Código Tributário do Estado do Tocantins”; Mensagem número 86/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 31, de 5 de dezembro de 2022, que “dispõe sobre o conceito e a aplicação de rastreabilidade dos produtos primários resultantes da extração mineral”; e Mensagem número 87/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 32, de 5 de dezembro de 2022, que “altera a Lei número 3.617, de 18 de dezembro de 2019, que institui o Fundo Estadual de Transportes – FET, e adota outras providências”. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 773/2022, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro; 774/2022, de autoria do Senhor Deputado Antonio Andrade; 775/2022, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso; Proposta de Emenda Constitucional que recebeu o número 11/2022, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres e Outros; e os Requerimentos que receberam os números 1.343 a 1.362. Logo após, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário, suspendeu a Sessão pelo prazo de até uma hora, para Reunião Extraordinária nas Comissões, reabrindo-a às dezesseis horas e quarenta e quatro minutos. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Em seguida, por falta de quórum, em Plenário o Senhor Presidente transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezessete horas e quarenta e quatro minutos, convocando Sessão Ordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

9ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa 6 de dezembro de 2022

Ata da Ducentésima Septuagésima Terceira Sessão Ordinária

Às dezesseis horas do dia seis do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Jair Farias, Primeiro-Secretário e Ivory de Lira, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Olyntho Neto, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Nilton Franco e Professor Júnior Geo e a Senhora Deputada Claudia Lelis. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as

Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 774/2022, de autoria do Senhor Deputado Antonio Andrade, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Pedro Geraldo Cunha de Aguiar”; Projeto de Lei número 775/2022, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “declara de Utilidade Pública a Associação Progresso de Ponte Alta do Tocantins”; proposta de Emenda Constitucional número 11/2022, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “altera o art. 15 da Constituição do Estado do Tocantins e estabelece outras providências”; e Projeto de Resolução número 18/2022, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “altera o artigo 11 da Resolução número 201, de 18 de setembro de 1997, que institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.” Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 773/2022, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro; 774/2022, de autoria do Senhor Deputado Antonio Andrade; 775/2022, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso; Proposta de Emenda Constitucional que recebeu o número 11/2022, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres e Outros; e os Requerimentos que receberam os números 1.343 a 1.362. Logo após, o Senhor Presidente colocou em votação o Requerimento de Interstício que recebeu o número 1.378, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira, Líder de Governo, que requer dispensa de todos os interstícios e formalidades regimentais para a inclusão dos Projetos de Lei de autoria do Senhor Governador do Estado número 30/2022, 31/2022 e 32/2022, na Ordem do Dia da presente Sessão, bem como a convocação de Sessões Extraordinárias, nos termos do art. 80, §1º, para discussão e votação dos Projetos de Lei de autoria do Senhor Governador do Estado, números 17, 22, 30, 31, 32/2022; Projeto de Lei número 2/2022, de autoria do Tribunal de Justiça; e Projetos de Lei de autoria dos Senhores Deputados, números 192/2022, 204/2019, 369/201 (anexado ao PL 532/2021), 4/2020, 141/2020, 187/2020, 218/2020, 245/2020, 280/2020, 314/2021, 387/2021 (anexado ao PL 404/2021), 438/2021 (anexado ao PL 423/2021), 518/2021, 549/2021, 559/2021, 586/2022, 616/2022, 617/2022, 639/2022, 656/2022, 664/2022, 682/2022, 683/2022, 686/2022, 710/2022, 714/2022 e 717/2022, o qual foi aprovado. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 17/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “dispõe sobre o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Cedca, e adota outras providências”; 22/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “homologa termo de acordo definidor de divisa territorial celebrado entre os Estados do Tocantins e da Bahia, com a interveniência da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE”; 30/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera dispositivos da Lei número 1.287, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Código Tributário do Estado do Tocantins”; 31/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “dispõe sobre o conceito e a aplicação de rastreabilidade dos produtos primários resultantes da extração mineral”; 32/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei número 3.617, de 18 de dezembro de 2019, que institui o Fundo Estadual de Transporte – FET, e adota outras providências”; 2/2022, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, que “autoriza o Poder Judiciário a doar área de terreno urbano e respectivas acessões ao Município de Talismã – Tocantins”; 4/2020, de autoria da Senhora Deputada Amália Santana, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos de natureza comercial como bares, boate, rodoviárias, ônibus interestaduais e similares, afixarem em locais visíveis, placas de advertência, para evitar

ação conhecida como “Boa Noite Cinderela e/ou Bebida Batizada” e dá outras providências”; 639/2022, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, que “concede Título de Cidadão Tocantinense a Kledson de Moura Lima”; 559/2021, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “dispõe sobre a obrigatoriedade dos Postos Estaduais de Distribuição de Medicamentos realizarem cadastro de celular de pacientes para previamente informar aos usuários acerca da disponibilidade de medicamento para sua retirada”; 387/2021, anexado ao Projeto de Lei número 406/2021, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias e Coautor o Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “atribui nome à TO_247, no trecho que liga os municípios de Lagoa do Tocantins a São Felix-TO”; 187/2020, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “determina que as instituições públicas e privadas de ensino, no âmbito do Estado do Tocantins, forneçam diploma em *braille* para alunos com deficiência visual”; 245/2020, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de as vítimas de estupro, do sexo feminino, incluindo crianças e adolescentes, sejam periciadas por legista mulher”; 369/2019, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “dispõe sobre a Proteção Integral aos Direitos do Estudante Atleta”, que deu origem ao Processo número 450/2019; 218/2020, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui a Campanha “Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica”, no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 280/2020, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a informação, apoio e acolhimento às gestantes e parturientes durante epidemia, epidemias ou pandemias”; 518/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “altera a Lei número 3.756, de 4 de janeiro de 2021”; 438/2021, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha, apensado ao Projeto de Lei número 423/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre o Banco de Dados de Reconhecimento Facial e Digital para Prevenção ao Desaparecimento de Crianças e Adolescentes no Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 616/2022, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadão Tocantinense a Elfas Cavalcante Lustosa Aragão Elfás”; 617/2022, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a apresentação da Bandeira do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 682/2022, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadão Tocantinense a Reinaldo Martini”; 683/2022, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadão Benemérito Senador João Ribeiro à Senhora Débora Simony da Silva Oliveira”; 532/2021, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, apensado ao Projeto de Lei número 236/2019, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “proíbe instituições financeiras no âmbito do Estado do Tocantins de ofertar e celebrar contrato de empréstimo financeiro com aposentados e pensionistas por meio de ligação telefônica, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo 276/2019; 586/2022, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “dispõe sobre a realização de testes de aptidão física em concurso público”; 664/2022, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “altera a Lei número 2.692, de 21 de dezembro de 2012, que dispõe sobre as gratificações dos servidores da Saúde, e adota outras providências”; 686/2022, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “estabelece a obrigatoriedade das empresas prestadoras de serviços de tele-visão por assinatura e estabelecimentos comerciais de vendas no varejo e no atacado – que já possuam Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) fornecerem atendimento telefônico gratuito a seus clientes”; 192/2019, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “proíbe emprego de substâncias ou medicamentos em animais destinados a competições, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 225/2019; 204/2019, de au-

toria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “dispõe sobre a proibição do fornecimento, uso e distribuição, gratuita ou onerosa de canudos plásticos feitos de polipropileno, poliestireno ou quaisquer outros materiais não-biodegradáveis, nos locais em que especifica, em todo território estadual, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 238/2019; 314/2021, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “concede o Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Francisco Aires Gomes dos Santos”; 141/2020, de autoria da Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco, que “estabelece parâmetros para as ações de solidariedade de distribuição de cestas básicas, kits de higiene, água, gás, alimentação e sanitização das ruas”; 656/2022, de autoria da Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco, que “dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais que atuam no ramo de alimentação, como bares, restaurantes, hotéis e afins, informarem nos cardápios sobre a presença de glúten e lactose em suas refeições”; 710/2022, de autoria da Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Edson José Dutra”; 717/2022, de autoria da Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco, que “concede Título de Cidadão Benemérito Senador João Ribeiro ao Senhor Adhemar Pereira Torres”; 549/2021, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de avisos da Lei número 3.548/2019, que “dispõe sobre a concessão do direito a uma folga trabalhista anual para a realização de exames de controle do câncer de mama e do colo de útero”; e 714/2022, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “concede Título de Cidadão Tocantinense a Diogo Borges de Araújo Costa”; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 1.086, 1.087, 1.088, 1.319, 1.337, 1.318, 1.325, 1.326, 1.320, 1.321, 1.336, 1.341, 1.342, 968, 973, 987, 988, 989, 959, 960, 961, 962, 963, 964, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezessete horas e quarenta e quatro minutos, convocando Sessão Ordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

Secretária

2º Secretário

9ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa 7 de dezembro de 2022

Ata da Ducentésima Septuagésima Quarta Sessão Ordinária

Às nove horas do dia sete do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pela Senhora Deputada Vanda Monteiro, Primeira-Secretária e pelo Senhor Deputado Ivory de Lira, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Nilton Franco, Olyntho Neto, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro, Valdevez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos e Professor Júnior Geo e a Senhora Deputada Claudia Lelis. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário, transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores

para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 88/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 33, de 6 de dezembro de 2022, que “autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com garantia da União, e adota outras providências”; Mensagem número 89/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 34, de 6 de dezembro de 2022, que “autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A., com garantia da União e dá outras providências”; Ofício número 322/2022, de autoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, encaminhando o Projeto de Lei Complementar número 4/2022, que “altera a Lei Complementar número 51, de 2 de janeiro de 2008, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências”; Ofício oriundo da Caixa Econômica Federal – CEF, encaminhando cópia de Notificação de Tomada de Contas Especial ao Poder Legislativo, referente a transferência de recursos financeiros da União para Recuperação de Barragens; e Ofício oriundo da Secretaria de Estado da Saúde, comunicando a celebração de convênios com diversas Prefeituras, com recursos oriundos de emendas parlamentares. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Requerimentos que receberam os números 1.374 a 1.377. Logo após, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário, suspendeu a Sessão pelo prazo de até uma hora, para Reunião Extraordinária nas Comissões, reabrindo-a às dezesseis horas e vinte e quatro minutos. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Em seguida, por falta de quórum, em Plenário o Senhor Presidente transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezesseis horas e vinte e cinco minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário *Presidente* *2º Secretário*

**9ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa
7 de dezembro de 2022**

Ata da Ducentésima Septuagésima Quinta Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia sete do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Eduardo do Dertins, Primeiro-Secretário e Ivory de Lira, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Elenil da Penha, Issam Saado, Ivory de Lira, Jorge Frederico, Nilton Franco, Olyntho Neto, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro, Valdez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos, Fabion Gomes, Jair Farias, Léo Barbosa, Professor Júnior Geo e a Senhora Deputada Claudia Lelis. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário, transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 90/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número

35, de 6 de dezembro de 2022, que “dispõe sobre o modelo de gestão do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Tocantins, e adota outras providências”; Mensagem número 91/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Proposta de Emenda Constitucional número 2, de 6 de dezembro de 2022, que “estabelece regras para o Regime Próprio do Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins – RPPS-TO, nos termos da Emenda Constitucional Federal número 103, de 12 de novembro de 2019, e adota outras providências”; Mensagem número 92/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 36, de 6 de dezembro de 2022, que “autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal, com a garantia da União e dá outras providências”; e Projeto de Lei número 776/2022, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “dispõe sobre a revogação da Lei número 1.959, de 14 de agosto de 2008”. Logo após, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário, suspendeu a Sessão pelo prazo de até uma hora, para Reunião das Comissões, reabrindo-a às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos. Não havendo matérias a apresentar, passou-se às Comunicações. Usaram a tribuna os Senhores Deputados Ivory de Lira e Zé Roberto Lula. Em seguida, por falta de quórum, em Plenário o Senhor Presidente transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezoito horas e cinquenta e sete minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário *Presidente* *2º Secretário*

Atos Administrativos

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 211/2023

**Republicado para correção.*

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR para os respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores no Gabinete do Deputado **Amélio Cayres**, retroativamente a 1º de fevereiro de 2023:

– **Rayena Nágila Silva Sousa de Macedo** - Secretário Parlamentar – SP7;

– **Camilly Vitória Costa Paes** - Secretário Parlamentar – SP7;

– **Francivalda Paula da Costa** - Secretário Parlamentar – SP7;

Art. 2º NOMEAR **Valdean João de Souza** para o cargo em comissão de **Assessor Parlamentar Pleno da Presidência**, retroativamente a 1º de fevereiro de 2023.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 7 dias do mês de fevereiro de 2023.

Deputado **AMÉLIO CAYRES**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 476/2023

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º TORNAR sem efeito o Decreto Administrativo nº 428/2023, publicado no *Diário da Assembleia nº 3509*, de 17 de fevereiro de 2023, na parte em que nomeou **Josiania Pereira Pinto**.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 23 dias do mês de fevereiro de 2023.

Deputado **AMÉLIO CAYRES**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 477/2023

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Marcelo José Pimenta**, matrícula 15824, do cargo em comissão de **Secretário Parlamentar - SP13**, do Gabinete da Deputada **Vanda Monteiro**, retroativamente ao dia 1º de fevereiro de 2023.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 23 dias do mês de fevereiro de 2023.

Deputado **AMÉLIO CAYRES**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 480/2023

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Nyenne de Oliveira Ferrari**, para o cargo em comissão de **Coordenador de Patrimônio** da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, retroativamente ao dia 16 de fevereiro de 2023.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 24 dias do mês de fevereiro de 2023.

Deputado **AMÉLIO CAYRES**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 481/2023

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º TORNAR sem efeito o Decreto Administrativo nº 267/2023, publicado no *Diário da Assembleia nº 3503*, de 9 de fevereiro de 2023, na parte em que nomeou **Valdirene Pereira Lopes Chaves**.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 24 dias do mês de fevereiro de 2023.

Deputado **AMÉLIO CAYRES**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 482/2023

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Francisco Antonio Sousa Oliveira** do cargo em comissão de **Secretário Parlamentar - SP13**, do Gabinete do Deputado **Nilton Franco**, retroativamente ao dia 2 de fevereiro de 2023.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 24 dias do mês de fevereiro de 2023.

Deputado **AMÉLIO CAYRES**
Presidente

DEPUTADOS DA 10ª LEGISLATURA

ALDAIR COSTA GIPÃO (PL)	LÉO BARBOSA (Republicanos)
AMÉLIO CAYRES (Republicanos)	LUCIANO OLIVEIRA (PSD)
CLAUDIA LELIS (PV)	MARCUS MARCELO (PL)
CLEITON CARDOSO (Republicanos)	MOISEMAR MARINHO (PSB)
EDUARDO DO DERTINS (Cidadania)	NILTON FRANCO (Republicanos)
EDUARDO FORTES (PSD)	OLYNTHO NETO (Republicanos)
EDUARDO MANTOAN (PSDB)	Professora JANAD VALCARI (PL)
FABION GOMES (PL)	Professor JÚNIOR GEO (PSC)
GUTIERRES TORQUATO (PDT)	VALDEMAR JÚNIOR (Republicanos)
IVORY DE LIRA (PCdoB)	VANDA MONTEIRO (UB)
JAIR FARIAS (UB)	VILMAR DE OLIVEIRA (SD)
JORGE FREDERICO (Republicanos)	WISTON GOMES (PSD)